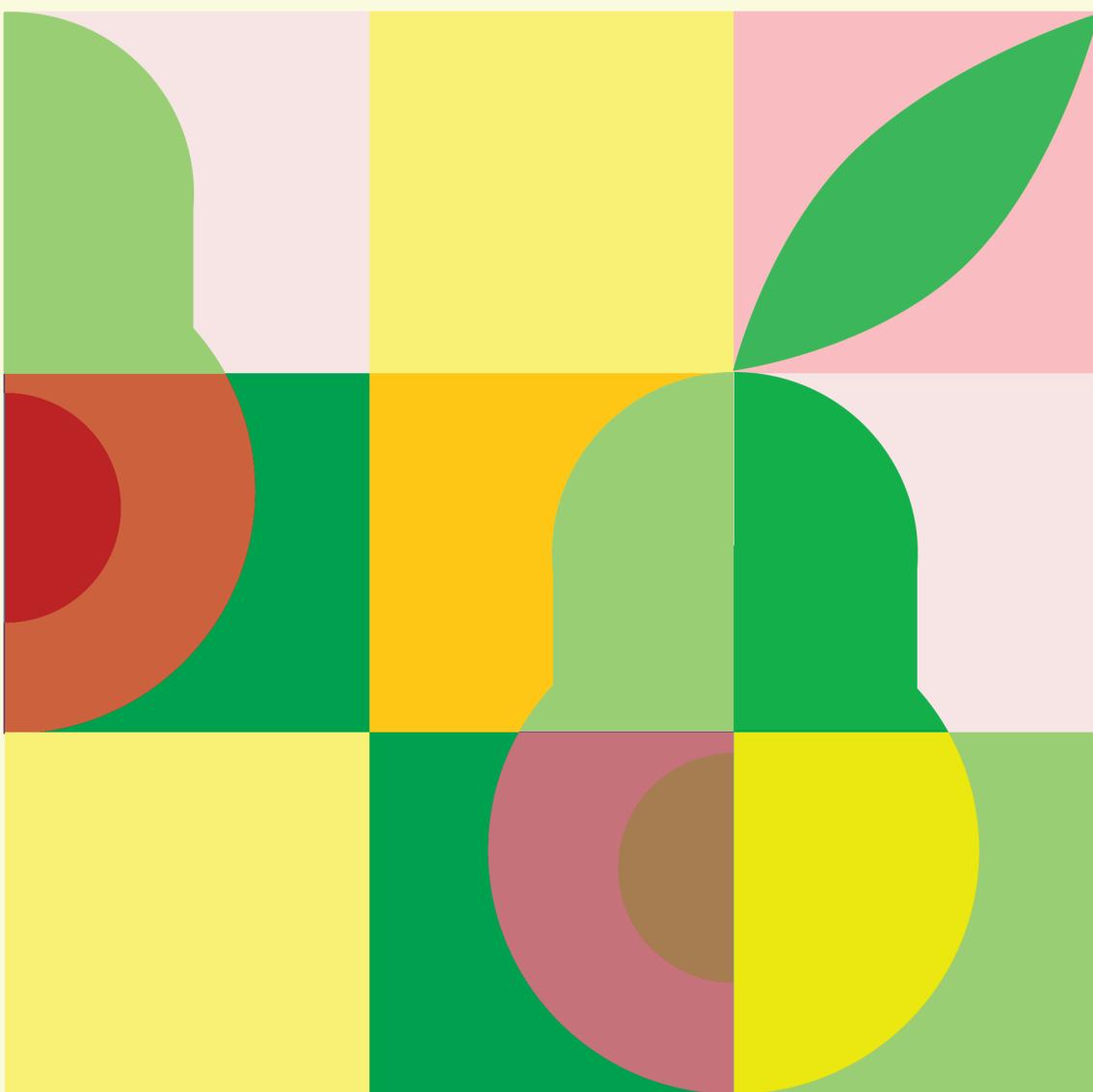
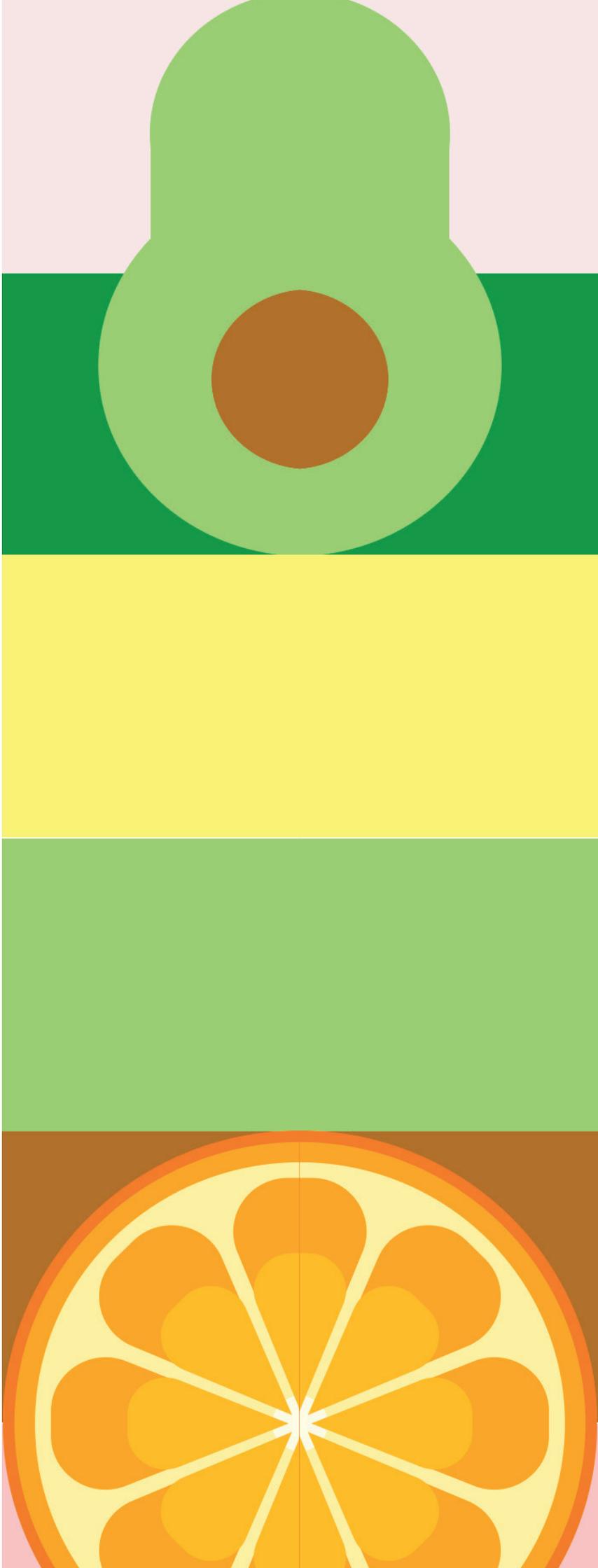


NOTA TÉCNICA

Quanto de alimento saudável poderia ser produzido no Brasil se houvesse diversificação do plantio do tabaco?



AUTOR: **VALTER PALMIERI JR.**



Ficha Técnica

Autor

Valter Palmieri Junior

Revisão

Anna Monteiro

Mariana Pinho

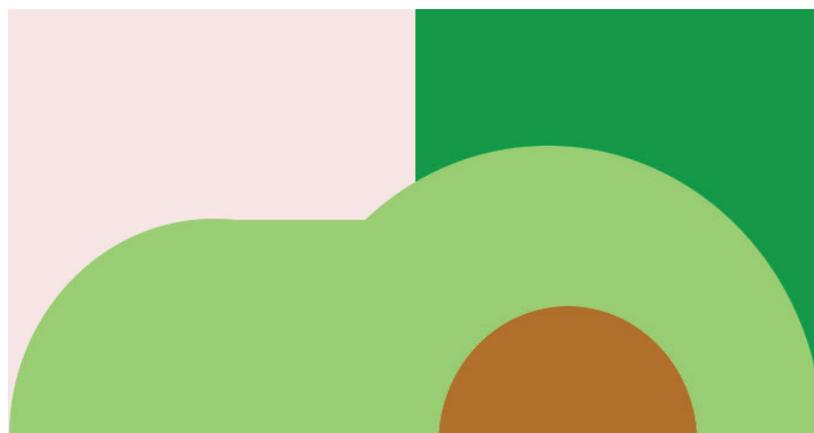
Mônica Andreis

Edição

Anna Monteiro

Diagramação

Ronieri Gomes



Introdução

Josué de Castro foi pioneiro ao dizer que a fome é causada por “múltiplos fatores” e desde então inúmeros estudos científicos confirmaram sua explicação. E justamente por a fome ter inúmeros fatores, é necessário o estímulo à criação de políticas públicas diversas e complementares para que a insegurança alimentar seja enfrentada.

Um dos elementos importantes (mas não único) para entendermos o problema da insegurança alimentar é a produção de alimentos diversos e saudáveis, afinal, é necessário que exista oferta ampla para que os preços sejam acessíveis para toda a população.

O Brasil é o 3º maior produtor de folha de tabaco do mundo (e o 1º em exportação) e dedica a mesma quantidade de hectares para sua produção que de todos os vegetais em conjunto.

O Brasil dedica apenas cinco vezes mais terras para produção de arroz do que tabaco, número baixo se comparado a outros países, tendo em vista que o arroz é um dos alimentos mais consumidos pelos 210 milhões de brasileiros.

Isso significa que se houvesse redução da quantidade de terras da produção de tabaco para a produção de comida diversa e de verdade, teríamos ganhos no enfrentamento da insegurança alimentar. Além disso, a diminuição da produção de tabaco representaria em si algo benéfico para o conjunto da sociedade, uma vez que se a produção diminui, o preço é encarecido, contribuindo para a diminuição do consumo de algo tão prejudicial para a saúde pública.

O estímulo público para essa troca é mais do que necessário, é urgente, e faz parte do compromisso que o Brasil assumiu em 2005 ao aderir a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde. A CQCT -OMS, nos artigos 17 e 18 deixa claro que uma das políticas importantes para o controle do tabaco é o estímulo/financiamento para a diversificação da produção de tabaco. Afinal, reduzir a produção de tabaco é fundamental, mas os pequenos produtores familiares dependem da renda da terra, assim, com políticas acertadas é possível garantir renda para eles e um melhor uso da terra para todos.

Nossa nota técnica será dividida em cinco pontos:

- I. Contexto breve da fome no Brasil
- II. Panorama da produção de tabaco do Brasil: volume, regiões produtoras, tendências, perfil socioeconômico do agricultor
- III. Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT): Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), origem, desenvolvimento e status atual, e seu potencial impacto na promoção da segurança alimentar e combate à fome, além das condições de trabalho do agricultor familiar
- IV. Havendo um dado percentual no cultivo de tabaco e um aumento percentual na produção de alimentos saudáveis, quanto poderíamos contribuir para a melhoria da segurança alimentar dos brasileiros?
- V. Recomendações sobre de que forma a implementação das medidas previstas na Convenção-Quadro para Controle do Tabaco poderia contribuir com o combate à fome no Brasil

I. Contexto breve da fome no Brasil

Em 2013 foi divulgada a pesquisa pelo IBGE sobre a insegurança alimentar no país e o resultado apontou que a fome havia caído consistentemente - 4,2% da população estava em situação de insegurança alimentar grave (fome), o que foi comemorado, uma vez que representava uma diminuição desse grave problema naquele contexto, devido ao ótimo resultado de inúmeras políticas públicas, aliada ao bom desempenho econômico do país.

Já em 2022, na última pesquisa sobre insegurança alimentar realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a rede PENSSAN, utilizando a mesma metodologia do IBGE, foi apontado que a fome aumentou de uma forma muito elevada. A insegurança alimentar grave foi para 15,2%. A insegurança alimentar moderada e leve também aumentaram, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 1. Insegurança alimentar no Brasil – 2013–2022

ANO	INSEGURANÇA ALIMENTAR (%)		
	LEVE	MODERADA	GRAVE
2013	12,6	6,1	4,2
2018	20,7	10,1	5,8
2020	34,7	11,5	9
2022	28	15,5	15,2

Fonte: II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil

Importante dizer que a Insegurança Alimentar (IA) Leve é quando há queda na qualidade dos alimentos consumidos e há preocupação com o acesso a alimentos no futuro. IA Moderada, quando há restrição no acesso aos alimentos (quantidade consumida) e a IA Grave, quando há escassez de alimentos, chegando até mesmo à condição de fome.

Em valores absolutos, em dezembro de 2020, 19 milhões de brasileiros estavam em situação de fome, expressa pela IA grave, número que cresceu para 33 milhões em pouco mais de um ano, acrescentando 14 milhões de novos

brasileiros no mapa da fome. Os 33 milhões que passam fome atualmente no Brasil equivalem à toda população da Austrália e do Paraguai juntos.

A fome é maior nos grupos/regiões/segmentos de maior vulnerabilidade social. As inúmeras desigualdades se entrelaçam com o problema da fome. É sempre importante, em um país tão desigual como o Brasil, atentar para essas particularidades da desigualdade, como pode ser visto na tabela 2.

Dos 14 estados com um percentual de fome superior à média no Brasil, 13 possuem renda per capita abaixo da média nacional (a única exceção é o RJ). Isso mostra o quanto é importante enfrentarmos as desigualdades produtivas regionais para lidarmos com a fome – ver tabela 3.

Tabela 2. Insegurança alimentar em 2022 – particularidades dentro do Brasil

Particularidades	Fome (IA Grave)
Média Brasil	15,5%
Região Norte	25,7%
Zona Rural	18,6%
Domicílios chefiados por mulheres	19,3%
Domicílios cujos responsáveis se identificavam como pretos/ pardos	18,1%

Fonte: II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.

Tabela 3. Unidades da Federação com Insegurança alimentar grave maior que a média – 2022.

UF	IA Grave (%)	Renda domiciliar mensal(R\$)	UF	IA Grave (%)	Renda domiciliar mensal(R\$)
Alagoas	36,7	777	Ceará	26,3	881
Piauí	34,3	837	Amazonas	26	800
Amapá	32	855	Pernambuco	22,2	829
Pará	30	847	Acre	18,8	888
Sergipe	30	929	Mato Grosso	17,7	1.362
Maranhão	29,9	635	Tocantins	17,5	1.028
Roraima	27,2	1.046	Rio de Janeiro	15,9	1.724

Fonte: IBGE e II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Elaborado por Valter Palmieri Jr.

Quais as causas do aumento da fome nos últimos anos?

O grande pesquisador Josué de Castro explica em seu livro *Geografia da Fome* que temos que compreender esse problema social por múltiplos fatores, tanto econômicos, como políticos e sociais. Antes da pandemia nossa taxa de desemprego já era elevada, com uma economia estagnada. A recuperação dos empregos em 2022 (ano da última pesquisa de insegurança alimentar) ocorreu com queda salarial média, prejudicando assim a qualidade do nosso mercado de trabalho. Além disso, os dados da PNAD-IBGE mostram um aumento da informalidade, o que significa menor segurança no emprego. A massa salarial (total de pessoas ocupadas vezes o rendimento salarial) de acordo com o PNAD-IBGE caiu 8,2% desde janeiro de 2019 (início do Governo Bolsonaro). Isso significa que os trabalhadores no conjunto tiveram perda de rendimento, principalmente a parcela que já estava mais vulnerável economicamente.

A queda da massa salarial foi acompanhada de uma maior inflação no país, principalmente em relação aos preços dos alimentos e bebidas, que tiveram uma alta de preços de 44,22% (bem maior que o IPCA geral, de 25,27%). A comida nos domicílios teve uma alta de 54,2%. A inflação é um processo que no Brasil já ocorria antes da pandemia e não foi controlada por políticas econômicas, ao contrário, pois houve maior benefício e incentivo ao agronegócio exportador, que ganha com a inflação de alimentos de uma forma geral.¹

A falta de alimentos na mesa dos brasileiros ocorre concomitantemente à uma ampliação da produção de alimentos. Isso poderia parecer contraditório, mas não, significa que não temos soberania alimentar. Se tem um país que teria condições políticas de enfrentar o problema da fome é o Brasil, devido a quantidade de terras agricultáveis.

¹ Dados do IPCA-IBGE. Calculado por Valter Palmieri Jr.

Porém, falta maior democratização da produção e consumo de alimentos, para que nossa terra seja destinada para o bem estar do brasileiro.

Em 2022 as importações de alimentos (em milhões de toneladas) caíram -7,9%, enquanto as exportações subiram 15,8%. Isso significa que as exportações líquidas de alimentos no Brasil apresentaram recorde histórico de 158,4 milhões de toneladas (ou US\$105,7 bilhões em valores monetários)². Portanto, a falta de alimentos na mesa dos brasileiros não se deve a um problema na produção de alimentos, muito pelo contrário. Esse problema não é apenas conjuntural, pois desde 1997 as exportações cresceram 8,8 vezes, enquanto as importações apenas 1,5³.

As 14 Unidades da Federação com taxas de fome acima da média (citadas na tabela 3) exportaram 1.136 kg de alimentos por habitante (2021). As 13 com taxas de fome abaixo da média exportaram 788 kg de alimentos por habitante (2021). Isso, no mínimo, reforça o fato de que as regiões que mais passam fome poderiam, caso a prioridade do uso da terra fosse outra, ter mais alimentos acessíveis para seus habitantes.

A fome também se agravou no Brasil nos últimos anos devido a uma série de desmantelamento de políticas públicas importantes nos últimos anos. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o mais importante órgão consultivo no país sobre políticas de combate à fome, foi extinto em Janeiro de 2019, antes da pandemia. A função do Consea era coordenar os programas federais ligados à segurança alimentar e nutricional, com abrangência nacional. Era referência internacional e a extinção ocorreu sem justificativas. Ele voltou a funcionar recentemente, em 2023, mas é ne-

² Dados do Comex Stat. Calculador por Valter Palmieri Jr.

³ Todos os dados de exportação e importação são dados oficiais do governo Brasileiro (Comex Stat.), elaborados pelo autor.

cessário tempo para que uma instituição com esse tipo de funcionalidade ganhe a musculatura para o exercício de suas finalidades.

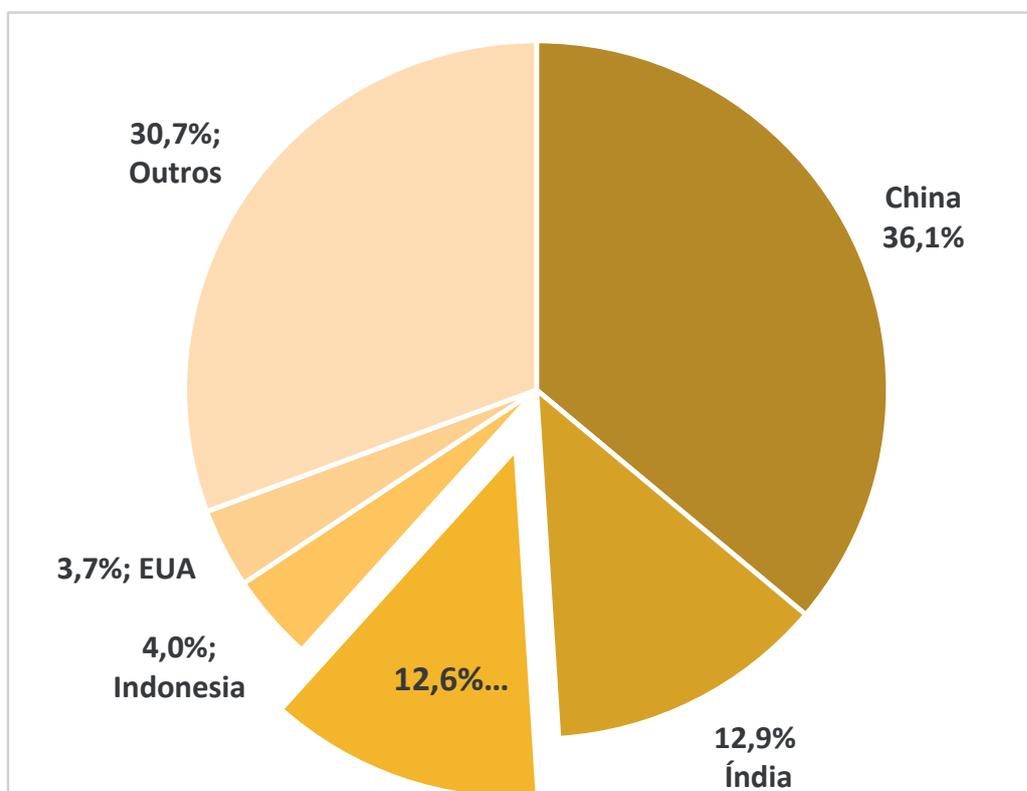
Desde o governo Temer, a política de estoques de alimentos, que sempre foi importante para diminuir as bruscas oscilações de preços de alimentos básicos, foi deixando de ser praticada. Os estoques de alimentos chegaram em 2022 com o menor patamar da história - estão praticamente zerados. Em maio de 2019 (também antes da pandemia) o Ministério da Economia decidiu fechar 27 unidades de armazenamento de todas as regiões do país.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública muito importante pois pratica ações de educação alimentar e nutricional aos estudantes de todas as etapas da educação básica pública (40 milhões são atendidos). Em termos reais (poder de compra), o repasse financeiro para a merenda escolar era 46% maior em 2018 do que em agosto de 2022⁴.

Esses foram alguns dos exemplos que mostram como a fome no período atual se deve ao conjunto de questões econômicas e em última instância a um problema político, pois pode ser evitada, desde que haja prioridade no campo político e ações concretas para o enfrentamento dos múltiplos fatores que engendram a fome.

4 Dados do IPCA-IBGE. Calculado pelo autor.

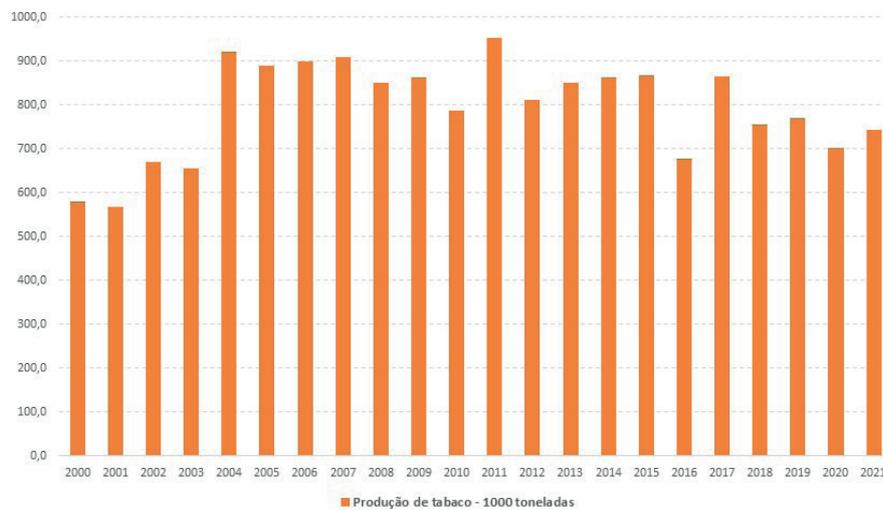
Gráfico 2. Participação da produção mundial de tabaco não processado – 2021.



Fonte: FAO. Elaborado pelo autor.

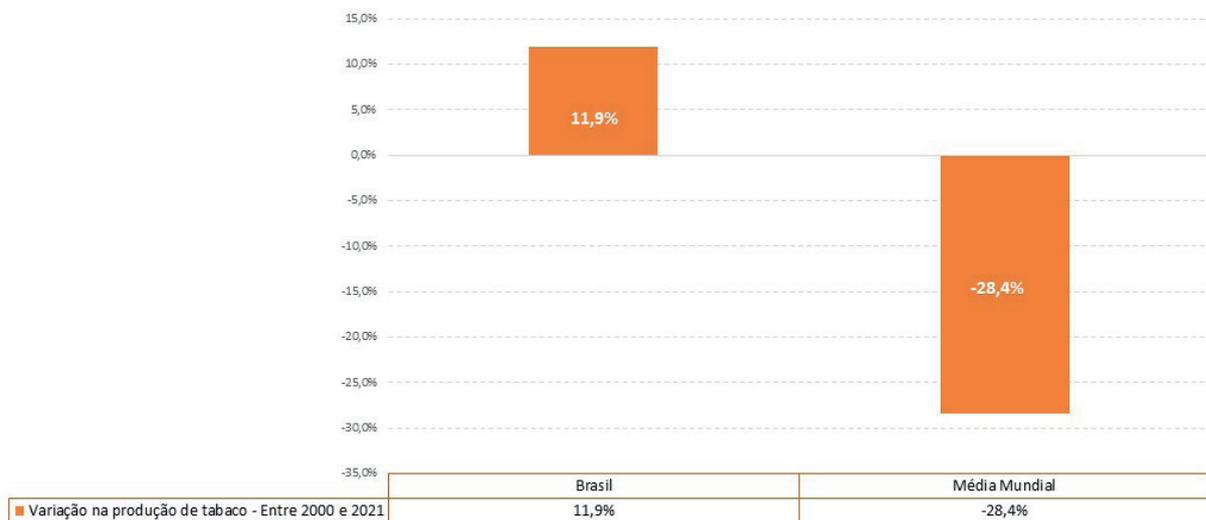
O Brasil produziu em 2021, segundo a FAO, 744,2 mil toneladas de folhas de tabaco (ou tabaco não manufaturado). O gráfico 3 mostra a evolução da produção de tabaco não processado pelo Brasil nas últimas duas décadas. O Brasil apresentou um crescimento na produção, desde 2000, de 11,9%, o que parece pouco, mas no mesmo período a média mundial caiu -28,4%, como pode ser visto no gráfico 4. A produção de tabaco está em crescimento, principalmente, em países não desenvolvidos. Note na tabela abaixo (tabela 5) que os países que mais reduziram relativamente nos últimos 21 anos foram China, EUA, Itália, Espanha, Canadá.

Gráfico 3. Evolução da produção de tabaco no Brasil – 2000 – 2021.



Fonte: FAO. Elaborado pelo autor.

Gráfico 4. A variação da produção de tabaco entre 2000 e 2021 – Uma comparação entre o Brasil e a média mundial.



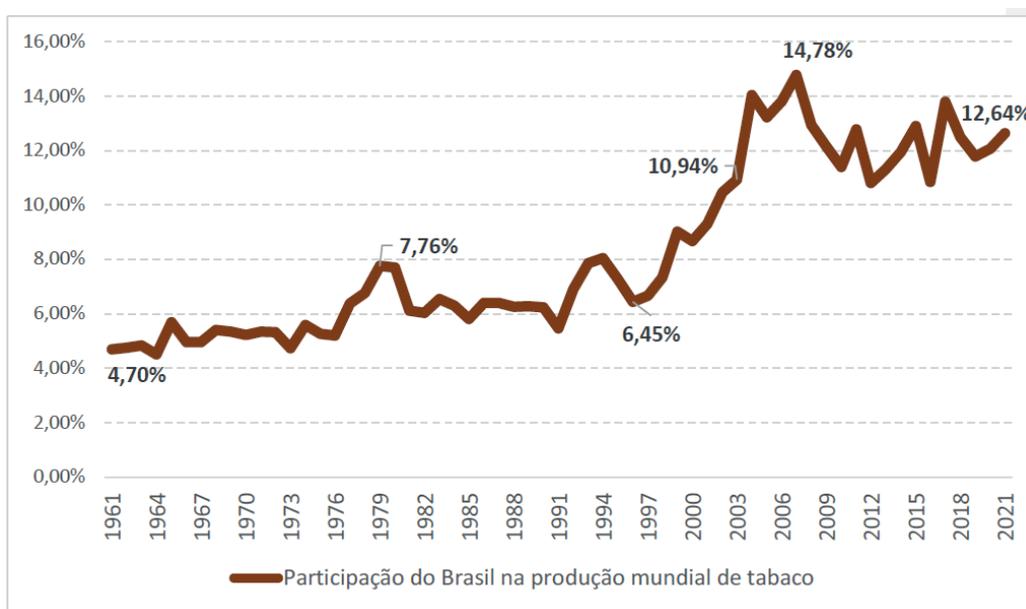
Fonte: FAO. Elaborado pelo autor.

Se a análise da evolução da produção de tabaco no Brasil voltar mais ainda no tempo, percebemos que hoje nossa produção em relação ao mundo é

muito maior do que grande parte dos últimos 60 anos, como pode ser visto no gráfico abaixo, que mostra a participação relativa da produção pelo país.

Entre 1961 e 2001 (40 anos), a média da participação relativa brasileira na produção mundial era de 6,25%, o que significa que praticamente dobramos nossa participação, que hoje é 12,64%. O gráfico mostra que nossa participação é menor do que em 2007, mas não de modo significativo.

Gráfico 5. Participação relativa da produção brasileira de tabaco não processado – entre 1961 até 2021.



Fonte: FAO. Elaborado pelo autor.

Tabela 4 – Variações da produção de tabaco entre os 30 maiores produtores mundiais – entre 2000 e 2021.

	Países	Mil toneladas		Variação absoluta	Variação percentual
		2021	2020		
1	China	2127,6	2552,3	-424,7	-16,6%
2	Índia	757,5	520,0	237,5	45,7%
3	Brasil	744,2	579,7	164,4	28,4%
4	Indonésia	237,1	204,3	32,8	16,0%
5	EUA	216,8	477,8	-261,0	-54,6%
6	Paquistão	167,9	107,7	60,2	55,9%
7	Zimbábue	162,4	190,2	-27,9	-14,7%
8	Malauí	105,5	98,7	6,8	6,9%
9	Argentina	102,1	114,5	-12,4	-10,9%
10	Moçambique	93,1	9,5	83,7	883,4%
11	Bangladesh	89,0	35,0	54,0	154,3%
12	Coreia do norte	84,7	63,0	21,7	34,5%
13	Turquia	73,0	200,3	-127,3	-63,6%
14	Tailândia	67,1	60,6	6,4	10,6%
15	Tanzânia	58,5	26,4	32,1	121,8%
16	Filipinas	50,9	49,5	1,4	2,8%
17	Itália	41,0	129,9	-88,9	-68,4%
18	Laos	40,8	39,9	0,9	2,2%
19	Mianmar	34,7	53,7	-19,0	-35,5%
20	Uganda	32,6	22,8	9,7	42,6%
21	Guatemala	29,9	18,6	11,3	60,5%
22	Vietnã	29,2	27,1	2,1	7,6%
23	Coreia do sul	28,6	68,2	-39,6	-58,0%
24	Canadá	27,8	53,0	-25,2	-47,6%
25	Zâmbia	27,5	9,5	17,9	188,3%
26	Espanha	26,0	42,9	-16,9	-39,4%
27	Lémen	25,9	11,6	14,3	123,1%
28	Macedônia	24,3	22,2	2,2	9,7%
29	Cuba	21,9	32,2	-10,3	-32,0%
30	Irã	21,0	21,0	0,0	0,0%

Fonte: FAO. Elaborado pelo autor.

Em relação à quantidade de terras dedicadas à produção de folhas de tabaco, o Brasil também é atualmente o terceiro país com maior quantidade de terras destinada à produção dessa cultura. Na tabela a seguir é possível verificar os dez países que mais dedicaram terras para produzir tabaco in natura em 2021. É possível verificar pela tabela que a China, apesar de ainda ser o país onde mais hectares são destinados à produção de tabaco, teve uma redução de -34,7% desde os anos 2000. A Índia, que é o segundo, praticamente não variou (-0,1%), e o Brasil ampliou 12,5%. Importante ressaltar

que Malauí, Zimbábue e Tanzânia, quinto, sexto e sétimo, respectivamente, no ranking dos países com maior quantidade de terras para produzir tabaco, estão na lista atual da ONU dos 19 países com maior grau de insegurança alimentar do mundo⁵. Importante dizer que, dentre os principais países, alguns são altamente dependentes, economicamente, do Tabaco. Para o Brasil, corresponde a menos de 1% do total das exportações, já para Malauí 53%.

Tabela 5. Quantidade de hectares na produção de tabaco. Ranking mundial e variação entre 2000 e 2021.

	País	Hectares (mil)		Variação 2000-2021
		2021	2000	
1	China	937,9	1437,4	-34,7%
2	Índia	432,8	433,4	-0,1%
3	Brasil	349,4	310,5	12,5%
4	Indonésia	205,4	168,3	22,0%
5	Malauí	112,1	118,8	-5,6%
6	Zimbábue	99,0	76,5	29,5%
7	Tanzânia	98,6	44,0	124,2%
8	EUA	88,6	190,0	-53,4%
9	Moçambique	77,7	9,0	763,4%
10	Turquia	68,7	236,6	-71,0%

Fonte: FAO. Elaborado pelo autor.

Analisando ano a ano, desde 2000 até 2021 (gráfico a seguir), é possível perceber que o pico de quantidade de terras para produzir tabaco no Brasil foi em 2006 e desde então tem caído, mas ainda assim é maior que a quantidade no ano 2000. Uma hipótese para explicar isso é que desde 2006 os preços das *commodities* alimentícias no mundo se elevaram, provocando em alguns casos uma troca de produção de tabaco por *commodity* alimentícia exportável.⁶

⁵ ONU News, Perspectiva Global Reportagens Humanas. ONU faz alerta para 19 países em grave risco de fome BR. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2022/09/1801811>. Setembro, 2022.

⁶ 2006 foi coincidentemente o ano que o Brasil ratificou a CQCT, porém, é improvável que tenha tido um efeito tão imediato.

Gráfico 5. Mudanças na quantidade de terras (mil hectares) produzindo tabaco no Brasil – entre 2000 a 2021.

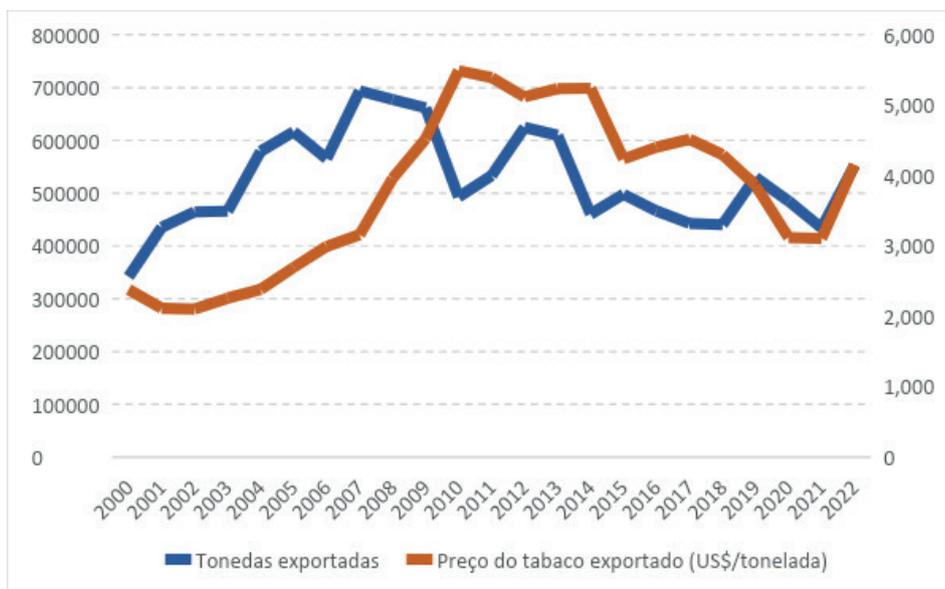


Fonte: FAO. Elaborado pelo autor.

Algo que se soma a essa hipótese que explica a mudança quantidade de terras para produção de tabaco nas duas últimas décadas é a mudança do preço do produto exportado, já que a maior quantidade de nossa produção é para exportar. Nos últimos cinco anos, do total da produção de tabaco in natura, exportamos em média 67,5%, ficando para o mercado interno menos de um terço. No gráfico a seguir podemos ver a quantidade de tabaco exportado desde 2000 e o preço médio do tabaco não processado (dólar por tonelada). É possível perceber que, de modo geral, o tabaco teve aumento de preço até 2010 e aumento de quantidade exportada até 2007. Depois disso houve queda, tanto do preço, como da quantidade exportada, o que explica a menor quantidade de terras dedicadas ao tabaco. **Uma grande preocupação é que em 2022, tanto a exportação, como o preço, subiram, o que pode incentivar, se isso se mantiver, uma nova tendência, de se aumentar novamente a quantidade de terras para produção de tabaco.**

⁷ Importante esclarecer que a absorção do mercado externo varia, por isso achamos melhor o cálculo da média dos últimos anos. O cálculo foi realizado a partir dos dados do IBGE, FAO e Comex Stat.

Gráfico 6. Evolução das exportações brasileiras de tabaco não processado e seus respectivos preços – 2000 à 2022.



Fonte: Comex Stat. Elaborado pelo autor.

O mercado externo é importante para compreendermos a produção de tabaco. Existe uma concentração muito grande, tanto na exportação de tabaco como na importação. O Brasil é o maior exportador mundial, com 11,3% do total (ver tabela 6). Em 2000, os EUA eram o principal exportador, com 23,5%, e hoje é apenas o terceiro, com 8,47%. Importante dizer que o Brasil é líder na exportação de tabaco não processado, mas em se tratando de tabaco já processado o país exporta apenas 1,08% do total mundial (é o 20º maior exportador). Chama atenção para novos estudos que o mercado de tabaco processado, que inclui tabaco para cigarro ou cachimbo e mistura de substitutos de tabaco, produtos de tabaco, sucedâneos, extrato, essência e tabaco homogeneizado ou reconstituído, tem crescido em um ritmo muito maior que o mercado de tabaco não processado (folhas de tabaco), como pode ver visto na tabela 7.

Tabela 6. Participação dos principais países exportadores de tabaco não processado -2021.

Países	Participação %	
	2021	2000
Brasil	11,30%	13,80%
Zimbábue	9,10%	7,49%
EUA	8,47%	23,50%
Índia	6,65%	3,06%
China	5,96%	2,91%
Malawi	4,61%	4,69%

Fonte: OEC. Elaborado pelo autor.

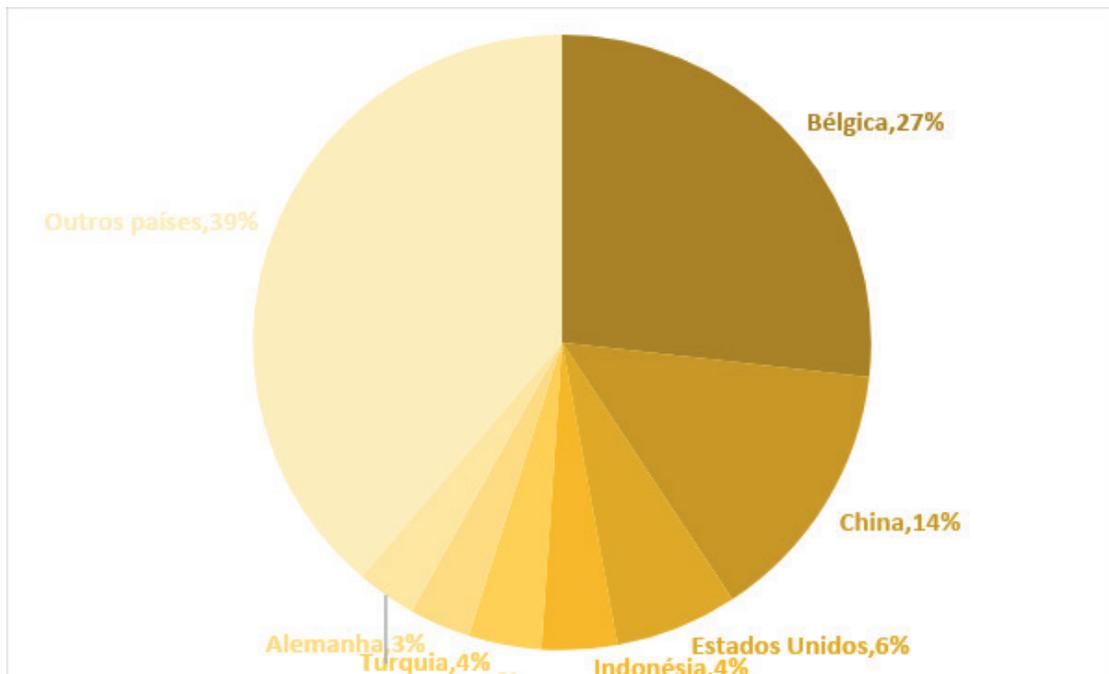
Tabela 7. Evolução do mercado externo do tabaco não processado e do tabaco processado. - 2000 e 2021.

Tipo de Tabaco	US\$ Bilhões		Variação
	2021	2000	
Tabaco não manufaturado	9,47	6,65	42%
Tabaco manufaturado	11,1	2,35	372%

Fonte: OEC. Elaborado pelo autor.

Em 2022 o maior importador mundial de tabaco não processado foi a Bélgica, que é o país para onde o Brasil mais exporta, como pode ser visto no gráfico 7:

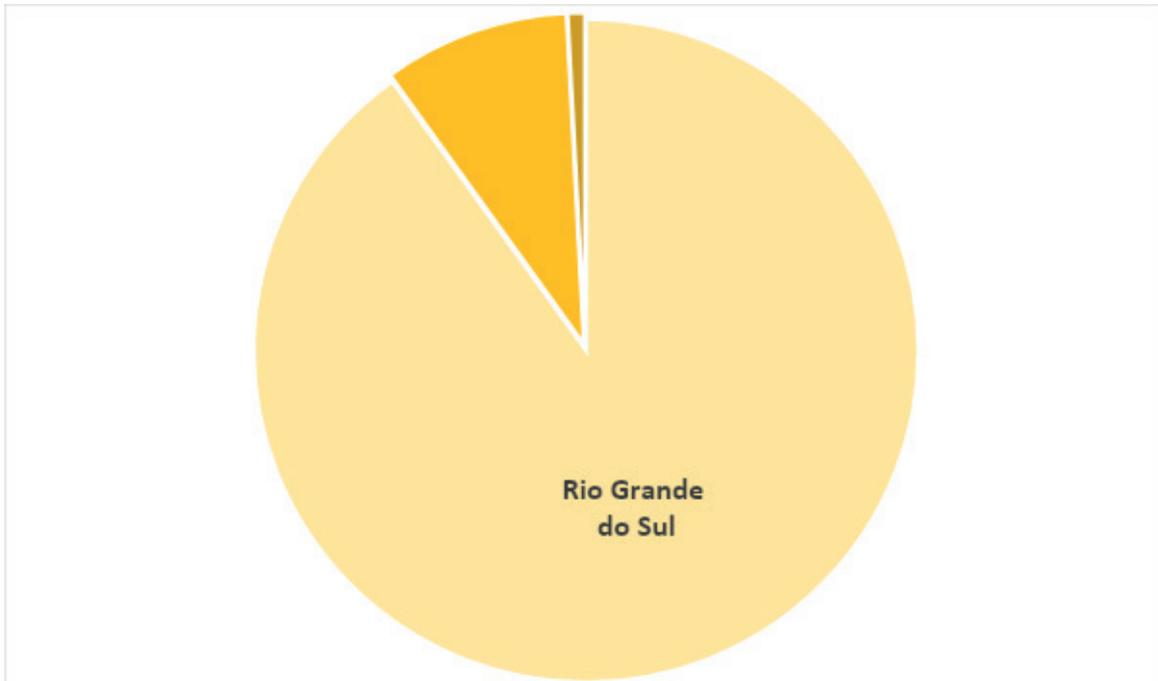
Gráfico 7. Principais destinos das exportações brasileiras de tabaco – 2022.



Fonte: Comex Stat. Elaborado pelo autor.

A concentração de tabaco não ocorre apenas em nível mundial, entre países, mas também regionalmente. Do total do tabaco exportado pelo Brasil, 90,08% são exportados pelo Rio Grande do Sul e 9,08% por Santa Catarina, como pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 8. Principais estados do Brasil exportadores de tabaco não processado - 2022



Fonte: Comex Stat. Elaborado pelo autor.

Analisando os dados de 2021, que é o último ano que temos as informações da produção por Unidade da Federação (UF), percebemos que a concentração é tanto na produção como na exportação, mas relativamente maior na exportação. Isso acontece porque o Rio Grande do Sul compra a produção de outros estados para exportar.

Tabela 9. Produção e exportação de tabaco não processado por Unidades da Federação – 2021.

Brasil e UF	Produção de tabaco não processado		Exportação de tabaco não processado	
	Mil toneladas	Participação	Mil toneladas	Participação
Brasil	744,16	100%	434,18	100%
Rio Grande do Sul	344,50	46,3%	358,29	82,5%
Santa Catarina	192,26	25,8%	65,48	15,1%
Paraná	173,61	23,3%	8,89	2,0%
Alagoas	21,69	2,9%	0,11	0,0%
Bahia	11,36	1,5%	1,41	0,3%
Minas Gerais	0,50	0,1%	0,00	0,0%
Acre	0,12	0,0%	0,00	0,0%
Goiás	0,06	0,0%	0,00	0,0%
Ceará	0,05	0,0%	0,00	0,0%
São Paulo	0,01	0,0%	0,00	0,0%
Pará	0,01	0,0%	0,00	0,0%
Sergipe	0,00	0,0%	0,00	0,0%

Fonte: Comex Stat e IBGE. Elaborado por Valter Palmieri Jr.

Mas a concentração é ainda maior se analisarmos por cidade, pois apenas dois municípios no Rio Grande do Sul (Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires) somam 88,3% de toda exportação brasileira. Geograficamente, ambos ficam em uma das oito regiões intermediárias do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, chamada de Santa Cruz do Sul-Lajeado (figura 1).

A concentração da produção também é altamente concentrada. A Ampro-tabaco, ao enaltecer a importância da fumicultura, afirma que mais de 600 municípios são produtores. Eram 607 em 2021, mas a instituição contabiliza até municípios que produzem uma quantidade irrisória, totalmente insignificante, tanto que 50% desses 607 municípios produzem apenas 1,2% do total de tabaco do país, e 10% desses municípios produzem 71,09%. Essas informações estão no gráfico abaixo.

Gráfico 8. Concentração da produção de folhas de fumo por município – Brasil, 2021.

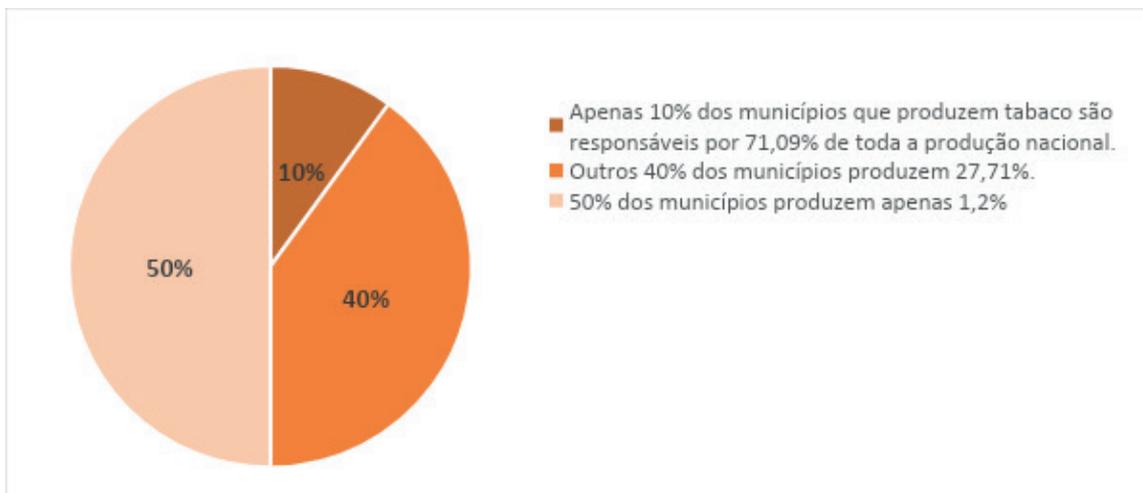


Figura 1. A região intermediária de Santa Cruz do Sul-Lajeado



A produção de tabaco gera relativamente baixa massa salarial do país. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ministério do Trabalho e da previdência, a cidade de Santa Cruz do Sul gerava, em 2021,

apenas 497 empregos formais na agropecuária com um salário médio de R\$ 2.654,00 (bem menor que a média salarial dos outros setores R\$ 3.255,75). Já em Venâncio Aires, a agropecuária gera apenas 57 empregos (média salarial de R\$ 2.431,68). **A produção de tabaco, portanto, não gera muitos empregos formais e nem com elevado salário médio no país. Comparando com os dados do Censo Agropecuário de 2017, apenas 0,412% de todas as pessoas ocupadas no cultivo do trabalho possuem emprego formal.**

No país como um todo, a fumicultura empregou, em 2021, apenas 1206 empregos formais no cultivo de fumo (com remuneração média de R\$ 1.320,88). Já no processamento de tabaco, foram mais 1.521 trabalhadores, o que é muito pouco. Importante esclarecer que o setor envolve pouquíssimo emprego formal e que isso representa uma maior insegurança no trabalho e estabilidade do trabalho.

Tabela 10. Participação dos principais municípios exportadores de tabaco não processado pelo Brasil – 2022.

	Município	Milhões US\$	Toneladas	Participação %
1	Santa Cruz do Sul - RS	1.153,3	294.999	50,2%
2	Venâncio Aires - RS	874,7	195.618	38,1%
3	Itajaí - SC	73,0	15.893	3,2%
4	Araranguá - SC	65,8	16.968	2,9%
5	Rio do Sul - SC	26,3	5.076	1,1%
6	Sombrio - SC	20,4	5.179	0,9%
7	Vera Cruz - RS	19,4	7.900	0,8%
8	Três Barras - SC	14,6	3.069	0,6%
9	Rio Negro - PR	9,1	2.220	0,4%
10	Governador Mangabeira - BA	8,5	463	0,4%
11	São Gonçalo dos Campos - BA	7,5	383	0,3%
	11 principais municípios	2.272,6	547.770	99,0%
	Todos os demais municípios	23,3	4.953	1,0%

Fonte: Comex Stat. Elaborado pelo autor.

Como se configura o perfil socioeconômico do agricultor tabaco?

Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), **90% dos fumicultores da região Sul possuem o ensino fundamental incompleto**, portanto, possuem uma baixa escolaridade média. Também contribuem pouco para

o emprego formal do país, apenas 0,14% em 2016 (em 2007 era 0,16%). O mesmo estudo ainda aponta uma grande desigualdade de rendimento no setor agrícola e o cultivo de fumo apresenta uma das maiores disparidades⁸. Outro dado que reforça o perfil precário do trabalho no cultivo do fumo é que apenas 14,3% dos empregos são trabalhos assalariados, enquanto a média no setor agropecuário é de 25,3%, segundo o Censo Agropecuário do IBGE em 2017.

Segundo o Censo Agropecuário, 84% das pessoas ocupadas no campo com cultivo de fumo possuem laços de parentesco com o produtor, acima da média do setor agropecuário, de 73,5%. Isso talvez explique a baixa quantidade de empregos formais em cidades do grande cultivo de fumo, uma vez que as relações de trabalho são mais precárias. Além disso, 93,3% das pessoas ocupadas do cultivo de tabaco são agricultores familiares, o que representa um percentual bem elevado em comparação ao total do setor agropecuário, como pode ser visto na Tabela 9. Ainda segundo o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2017, cerca de 267 mil pessoas são ocupadas no Brasil no cultivo de fumo, o que parece uma grande quantidade, mas não se considerarmos que representa apenas 1,77% do total do setor agropecuário no Brasil. O cultivo de fumo é intensivo em mão-de-obra, comparativamente a outras culturas agropecuárias, como a da soja, que ocupa um total de terras 112 vezes maior que a do tabaco, mas ocupa apenas 2,32 vezes pessoas no cultivo (cálculo feito a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE 2017). Isso significa que o setor do fumo é pouco mecanizado em relação a outras culturas, o que explica o elevado custo de produção e também a baixa evolução da produtividade da produção das folhas de tabaco, que prejudica a expansão de renda das famílias produtoras.

8 Daniela Peres Cardozo e Marina da Silva Cunha. Salários e emprego no mercado de trabalho formal agrícola brasileiro. Revista de política agrícola: Ano XXVII – No 3 – Jul./Ago./Set. 2018

Tabela 11. Pessoal ocupado no cultivo de fumo e a comparação total do setor agropecuário -2017

	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários Em milhares	% da agricultura familiar	% Cultivo de fumo em relação ao total
Total	15.105,1	67,0%	
Cultivo de fumo	266,7	93,3%	1,77%
	Estabelecimentos agropecuários Em milhares	% da agricultura familiar	% Cultivo de fumo em relação ao total
Total	5.030,7	77,0%	
Cultivo de fumo	89,3	95,4%	1,78%

Fonte: Censo agropecuário 2017 – IBGE. Elaborado por Valter Palmieri Jr.

Segundo a Afubra, mais de 28,9 mil famílias não possuem terras e trabalham em regime de parceria, o que significa uma condição ainda mais precária e dependente. A maior parte das propriedades possui até 20 hectares, o que caracteriza um baixo valor, comparando com as produções de *commodities* exportáveis.

Distribuição fundiária da fumiicultura – Região Sul		
Hectares	Famílias	%
0	28.995	22,6
de 1 a 10	50.908	39,6
de 11 a 20	31.261	24,3
de 21 a 30	11.782	9,2
de 31 a 50	4.617	3,6
mais de 50	885	0,7
Total	128.448	100

Fonte: Afubra

III. Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT): Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), origem, desenvolvimento e status atual, e seu potencial impacto na promoção da segurança alimentar e combate à fome, além das condições de trabalho do agricultor familiar

O Programa Nacional de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT) tem a finalidade de apoiar produtores de tabaco para diversificarem sua produção e renda como forma de salvaguardá-los do sucesso da implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), primeiro tratado internacional negociado sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde (OMS). O programa busca incentivar o desenvolvimento de culturas alternativas e economicamente viáveis nas Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA'S).

O programa faz parte de uma estratégia regulatória para lidar com substâncias viciantes e busca inovar em relação a tratados anteriores de controle de drogas ao buscar não somente a redução da demanda, mas também em questões da oferta. Isso significa que para reduzir o mercado do tabaco é necessário políticas simultâneas de diminuição da demanda e da oferta, assim como o encarecimento do preço.

A CQCT foi ratificada pelo Brasil em 2005. Os artigos 17 e 18 (quadro abaixo), que tratam sobre "apoio às atividades alternativas economicamente viáveis" à cultura do tabaco e "proteção à saúde e meio ambiente" respectivamente. Dentre as ações estão: identificação e promoção de atividades produtivas diversificadas, gestão da unidade familiar de produção agrária, organização social e comercialização. Foi adotado pela Conferência das Partes na sua sexta sessão (decisão CQCT/OMS/COP6) um guia que oferece opções de políticas e recomendações sobre alternativas economicamen-

te sustentáveis para o cultivo do tabaco (com relação aos artigos 17 e 18)⁹. Neste documento é ressaltado os vários riscos profissionais relacionados ao cultivo do tabaco, incluindo a doença da folha verde do tabaco (resulta da absorção cutânea da nicotina, que é agravada durante o manuseio de folhas úmidas) e, intoxicações por agrotóxicos, doenças respiratórias e dermatológicas e câncer. O Instituto Nacional de Câncer, em 2016, afirma que as políticas de implementação dos arts. 17 e 18 devem ser integrais, abrangendo não apenas as dimensões econômicas e produtivas, mas também os aspectos que possam influenciar o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores, bem como a proteção ao meio ambiente. O sentido da ênfase no conceito de “diversificação de meios de vida” é baseado na constatação empírica de que quanto mais diversificada for uma unidade produtiva, mais provável será que os agricultores tenham escolhas mais amplas para diversificar suas alternativas econômicas e produtivas.

Quadro 1. Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco - OMS

Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco - OMS	
<p>Artigo 17</p> <p>Prestação de apoio a atividades alternativas economicamente viáveis As Partes deverão, em cooperação entre si e com organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes, promover, conforme o caso, alternativas economicamente viáveis para trabalhadores de tabaco, produtores e, conforme o caso, vendedores individuais.</p>	<p>PARTE IV: MEDIDAS RELATIVAS À REDUÇÃO DO FORNECIMENTO DE TABACO</p>
<p>Artigo 18</p> <p>Proteção do meio ambiente e da saúde das pessoas No cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Convenção, as Partes concordam em dar a devida atenção à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente no que diz respeito ao cultivo e fabricação de tabaco em seus respectivos territórios.</p>	<p>PARTE V: PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE</p>

FONTE: Tradução livre do documento *WHO Framework Convention on Tobacco Control*.

9 INCA. *Opções de políticas e recomendações sobre alternativas economicamente sustentáveis para o cultivo do tabaco (com relação aos artigos 17 e 18)* / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva; Tânia Cavalcante (Organizadora). – Rio de Janeiro, 2016.

A iniciativa propõe uma mudança de paradigma produtivo, de tal forma que as alternativas ofertadas proporcionem resultados similares ou superem a cultura do tabaco. O PNDACT visa o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, a diversificação da produção/renda, a participação e o envolvimento de parcerias. Desde 2005 foram lançadas duas chamadas públicas voltadas à assistência técnica, em 2011 e 2013, somando mais de R\$ 60 milhões. Uma nova chamada era esperada para 2017, mas o trabalho foi descontinuado sendo alegada falta de recursos.

Segundo a OMS (2021),¹⁰ o uso do tabaco é a principal causa de morte evitável no mundo, e no Brasil não é exceção. De acordo com o Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria (IECS), todos os anos, 161 mil pessoas são mortas por produtos de tabaco em nosso país (13% de todas as mortes nacionais), com custos diretos e indiretos para o sistema de saúde brasileiro representando US\$ 17 bilhões anualmente (R\$92 bilhões, considerando a taxa de câmbio de 2020). No entanto, as receitas da indústria do tabaco cobrem apenas uma fração desse valor, com as receitas do governo geradas pelos impostos sobre o tabaco alcançando apenas US\$ 3,5 bilhões (R\$ 12,23).

O Relatório de Progresso Global de 2021 sobre a implementação da CQCT (nono de uma série de relatórios preparados desde a entrada em vigor da Convenção-Quadro em 2005) reafirma a importância de se ampliar a conscientização e fornecer treinamento para produtores de tabaco ou trabalhadores em alternativas viáveis. Exemplificam que na China foram promovidas culturas alternativas ao tabaco que incluíram, por exemplo, cogumelos, flores, rabanetes e arroz orgânico. Já na Colômbia, as alternativas foram milho, açúcar mascavo e limão; no Equador, cacau e, na Malásia, kenaf, uma planta do gênero hibiscus. Algumas Partes apoiaram a transição para pecuária ou processamento de alimentos. No Brasil não foram citados exemplos.

¹⁰ No documento 2021 Global progress report on implementation of the *WHO Framework Convention on Tobacco Control*.

No penúltimo Relatório da CQCT (2018) consta que 27% dos 90 países que produzem tabaco conseguiram promover alternativas viáveis para os produtores de fumo. O documento cita somente os países que forneceram informações sobre essas atividades. Culturas alternativas ao tabaco incluíam batatas (Serra Leoa e Tunísia); açafrão (Afeganistão); milho, feijão, tangerina e abacate (Colômbia); abacaxi, cana-de-açúcar e café (Costa Rica); grãos de cacau e café (Equador); e kenaf (Malásia). Várias Partes começaram a promover programas que substituiriam o cultivo do tabaco pela produção de gado (peixe, laticínios e pequenos animais).

Em um projeto muito inovador, embora referindo-se a varejistas, a França está ajudando tabacarias (vendedores de tabaco) a diversificar gradativamente seu modelo de negócios, vendendo outros bens e oferecendo serviços adicionais. Para apoiar este projeto foi criado um Fundo de Transição e foi atribuído um orçamento de 20 milhões de euros por ano até 2021. O Brasil também não é citado pelo documento como exemplo de substituição alternativa ao tabaco pelos produtores.

Em uma pesquisa de campo, realizada por pesquisadores da Universidade de Pelotas¹¹, foi perguntado para agricultores da principal região produtora de tabaco do país (centro-sul do RS) o seguinte: "A família tem interesse em sair da atividade do tabaco?" A resposta foi que a ampla maioria (65%) disse que sim, possui desejo de sair da dependência do tabaco. Em pesquisa de 2016 feita pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, 76% das famílias produtoras de tabaco revelaram a vontade de diversificarem/interromperem o cultivo de fumo, 69% reclamaram de dores nas costas e 48% sofreram com vômitos durante a colheita¹². A mesma pesquisa também aponta que o número de fumantes entre as famílias é maior do que a média nacional, 31,4%.

11 Décio Souza Cotrim; Mario Duarte Caneve e Volnei Wrusch Leitzke. A caracterização dos agricultores familiares que cultivam tabaco no território centro sul/RS. Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 3, p. 239 - 257, set./dez. 2016

12 INCA, 2016. Cresce diversificação em áreas de cultivo de tabaco. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/noticias/cresce-diversificacao-em-areas-cultivo-tabaco#:~:text=Segundo%20o%20levantamento%2C%2076%25%20das,nacional%2C%2031%2C4%25>.

Pesquisadores da Universidade de Santa Cruz¹³, em outra pesquisa, concluíram que os produtores da região buscam meios para diversificar a produção, uma vez que a dependência da monocultura é vista pelas lideranças dos produtores familiares como algo ruim, assim, buscam identificar novas alternativas de renda para os pequenos produtores. A diversificação configura-se, portanto, como uma possível alternativa capaz de proporcionar meios para elevar a renda das famílias e proporcionar e trazer maior segurança para os trabalhadores. Essa pesquisa da Universidade de Santa Cruz, ao entrevistar os pequenos produtores, relatou a seguinte resposta síntese: “diversificação me dá escolha!”. Nesse contexto, todos os produtores entrevistados têm opiniões convergentes em relação à importância da diversificação para agricultura familiar. E, ainda, da satisfação de terem tomado a decisão por sua implementação, gerando resultados positivos para suas propriedades e famílias.

Os riscos envolvidos na produção recaem principalmente às famílias dos produtores rurais de tabaco, pois as empresas que compram seus produtos possuem maior poder de mercado e assumem poucos riscos de produção, e os agricultores familiares expõem-se às ameaças decorrentes do cultivo apesar de terem pouca autonomia sobre as suas práticas¹⁴. É possível concluir que a maior especialização (produzir apenas tabaco e não diversificar a produção) é mais interessante somente para a indústria do fumo, mas a diversificação é melhor do ponto de vista econômico para os produtores do tabaco não processado, uma vez que ampliam os horizontes de escolhas de alternativas econômicas e produtivas.

Uma pesquisa na área da saúde pública¹⁵ concluiu que, mais que as questões econômicas, os trabalhadores do cultivo de fumo relatam dificuldades devido ao uso intensivo de força de trabalho de todos os integrantes da famí-

13 Carlos Esau e Cidonea Machado Deponti. Tomada de decisão pela diversificação: uma alternativa para agricultura familiar na microrregião de Santa Cruz do Sul/RS. *Desenvolvimento Regional em debate* v. 10, 2020.

14 ALMEIDA, G. E. Gonçalves de. Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

15 Deise Lisboa Riquinho e Élide Azevedo Hennington. *Sistema integrado de produção do tabaco: saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil*. Cad. Saúde Pública, 2016.

lia. Além do desgaste físico, o uso de agrotóxicos no plantio e a queima de madeira para a cura do tabaco levam à ocorrência de acidentes e doenças, que provocam impactos negativos à saúde humana (e ao meio ambiente).

A última Chamada Pública no contexto da PNDACT foi em 2018, mas não há informações públicas sobre o perfil das famílias assistidas. A Chamada anterior (2013) previa o atendimento a 11.200 famílias dos três estados da região Sul, durante três anos e com um valor total de R\$ 52,6 milhões. Desta forma e como continuidade à Chamada Pública 04/2011, executada em 2011-2012, transformou-se na consolidação do Programa Nacional de Apoio à Diversificação. Dentre as principais características da Chamada Pública, podemos destacar as seguintes questões:

a) A duração da Chamada de três anos (a anterior era de apenas um ano) permitia a execução de ações de forma mais continuada e com visão estratégica.

b) A obrigatoriedade de declaração de não envolvimento da entidade executora com a indústria fumageira, em consonância com o artigo 5.3 da CQCT como um critério de exclusão, potencializou a seleção de entidades efetivamente comprometidas com as diretrizes da Convenção-Quadro e com o Programa de Diversificação.

c) A obrigatoriedade de que, no mínimo, 50% das unidades de produção fossem coordenadas por mulheres e de que, no mínimo, 30% das atividades coletivas fossem realizadas exclusivamente com mulheres potencializou o protagonismo das mulheres e definiu explicitamente que as mudanças de paradigmas na família e na produção estão relacionadas com a participação efetiva das mulheres.

d) A prioridade da Chamada contemplava as famílias envolvidas na produção de tabaco, mas permitia que até 20% pudessem ser famílias que haviam deixado de produzir tabaco depois de 2009 ou famílias jovens (com menos de 35 anos de idade) mesmo que nunca tivessem produzido tabaco.

As razões para estas opções de alternativas estão vinculadas à permanente possibilidade de retorno à atividade para quem decide sair e o forte assédio da indústria, via seus orientadores técnicos, para o ingresso na atividade de famílias mais jovens.

e) A permissão de substituição de famílias em até 20% do total, no caso de desistências ou explícito desinteresse na participação.

f) A realização de atividades iniciais de capacitação com os técnicos e técnicas das entidades executoras por estado, agrupando várias entidades, contribuiu para dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, a compreensão do Programa de Diversificação e da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, bem como sobre os objetivos estratégicos da Chamada Pública. E, em segundo lugar, potencializou a articulação entre as entidades, consolidando a Rede Temática de Apoio à Diversificação, constituída desde 2007.

g) O acompanhamento sistemático, pelo DEpartamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) e pela coordenação do Programa de Diversificação, às entidades executoras e suas equipes de trabalho, com dinâmicas permanentes de avaliação e debates antecedendo a cada novo momento da Chamada, possibilitaram maior efetividade das ações e maior unidade no conjunto da execução da Chamada.

h) E, por fim, a sistematização das informações das famílias participantes da Chamada Pública, com acesso imediato destas informações pelas executoras e seus técnicos e com a realização e divulgação de estudos e análises dos dados deram maior visibilidade ao Programa de Diversificação.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a diversificação da agricultura familiar cresceu em áreas de cultivo de tabaco a partir da chamada pública, em um intervalo de apenas dois anos: 2011 e 2013, do universo de 11,2 mil atendidas pela chamada pública (Assistência Técnica e Extensão Rural), houve um salto de 6,5% para 10,2% nas famílias que deixaram a lavoura do fumo.

O MDA, ao pesquisar o universo de pessoas que diversificaram a produção, chegou à conclusão de que quem diversificou apresentou um aumento da renda líquida por hectare (R\$ 2,3 mil) em relação a quem manteve a monocultura do tabaco (R\$1,8), contando a renda líquida agropecuária (incluindo o fumo), por hectare plantado nos dois anos.

A evolução entre o primeiro e o terceiro ano das ações de ATER demonstram um outro fato importante, que é a maior evolução da diversificação nos menores estratos de área, particularmente para o capital natural (com o avanço nas práticas de conservação do solo e águas), para o capital físico (com a melhoria nas benfeitorias e aquisição de novos equipamentos) e no capital econômico (com a melhoria da renda e da diversificação).

IV. Havendo um dado percentual no cultivo de tabaco e um aumento percentual na produção de alimentos saudáveis, quanto poderíamos contribuir para a melhoria da segurança alimentar dos brasileiros?

Importante afirmar e reafirmar que quanto mais terras temos para produzir folhas de tabaco, menos terra temos para produzir outras culturas, como vegetais, frutas e cereais.

Mesmo o país possuindo muita terra agricultável, ela é um recurso escasso, e quanto mais produzirmos nela o que não é alimento saudável, menos teremos de alimentos saudáveis e diversificados.

O Brasil produz relativamente poucos vegetais e muita folha de tabaco; em relação ao mundo, temos praticamente a mesma quantidade de terras para produzir tabaco em relação a todos os vegetais em conjunto. A China dedica 2,7 vezes mais terras para produzir tabaco que o Brasil, porém dedica 67 vezes mais terras para produção de vegetais que o Brasil, 7,3 vezes mais em relação à produção de frutas e 17,7 vezes mais que o arroz. Isso pode ser visto na tabela 10.

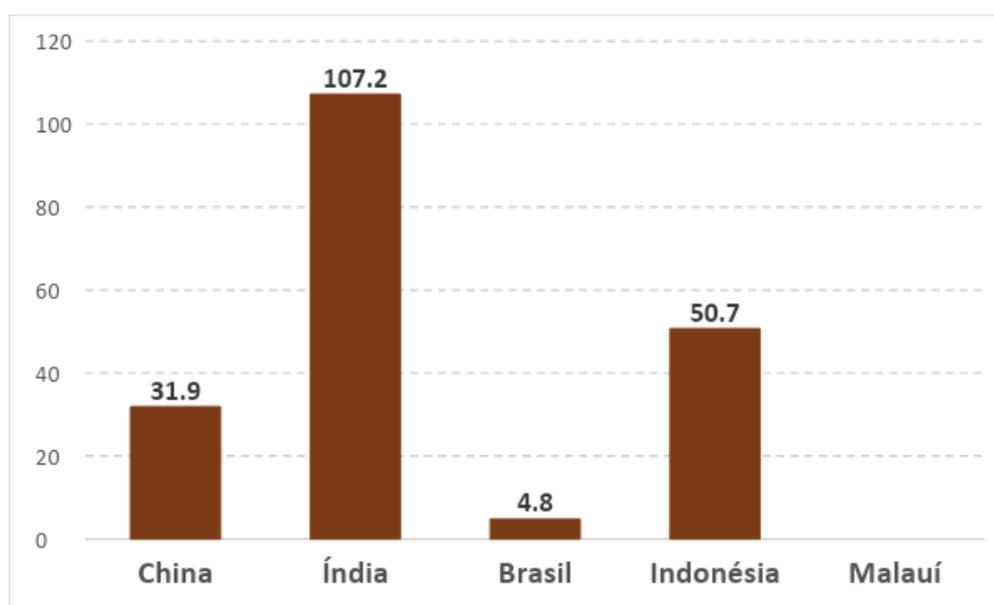
A mesma informação da tabela 9 é replicada para o gráfico 9, para mostrar o quanto de vezes cada um dos 4 principais países produtores de tabaco (produzem juntos 65,6% do total mundial) dedicam mais de terras para produzir arroz do que tabaco. Isso revela que dos 4 principais produtores de tabaco do mundo, o Brasil é o que relativamente mais produz tabaco em relação a quantidade de arroz, um dos alimentos mais consumidos pelos 210 milhões de brasileiros.

Tabela 13. Comparação da quantidade de terras para produzir tabaco e alguns alimentos in natura – 2021.

	País	Quantidade de terras (1.000 hectares)				Proporção de terras para produzir tabaco e alimentos.		
		Tabaco (1)	Vegetais (2)	Frutas (3)	Arroz (4)	(2)/(1)	(3)/(1)	(4)/(1)
1	China	938	23.268	15.253	29.921	24,8	16,3	31,9
2	Índia	433	8.897	7.376	46.379	20,6	17,0	107,2
3	Brasil	349	350	2.086	1.689	1,0	6,0	4,8
4	Indonésia	205	1.198	874	10.412	5,8	4,3	50,7
5	Malauí	112	145	244	77	1,3	2,2	0,7

Fonte: FAO Stat. Elaborado pelo autor.

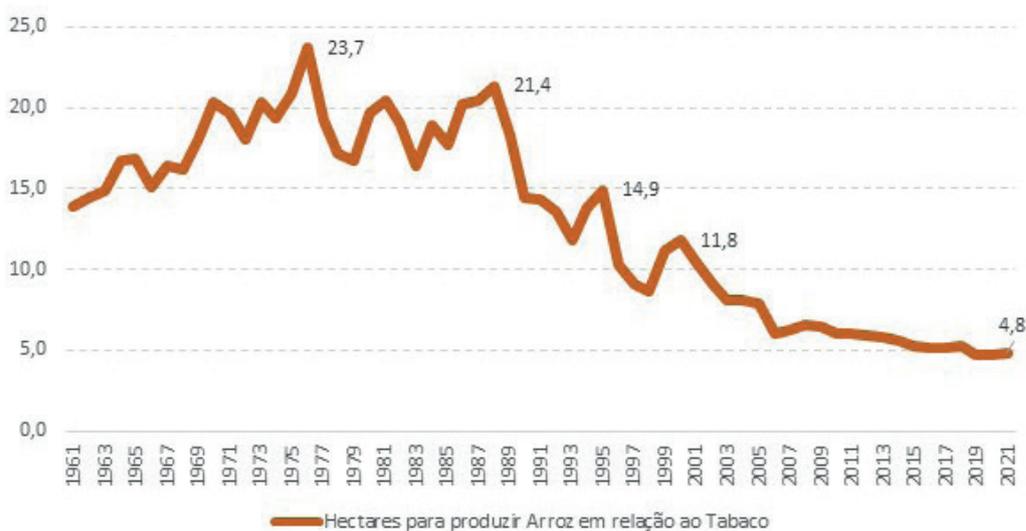
Gráfico 9. Quantidade de terras a mais para produzir arroz em relação ao tabaco, nos 4 principais países produtores.



Fonte: FAO Stat. Elaborado pelo autor.

A relação entre a quantidade de arroz e o tabaco piorou desde 1976, quando dedicávamos 23,7 vezes mais terra para produzir arroz do que folhas de tabaco, número que se reduziu para 4,8 em 2021 (ver gráfico 10).

Gráfico 10. Evolução da quantidade de terras a mais para produzir arroz em relação ao tabaco – Brasil – 1961 até 2021.



De acordo com dados oficiais da FAO e Comex Stat fizemos os seguintes cálculos:

Cada hectare no Brasil dedicado a produzir tabaco consegue produzir ao ano em média 2,13 toneladas de folha de tabaco. Cada hectare para produzir arroz gera um total de 6,9 toneladas.

Isso significa que se 10% da área toda da produção de tabaco fosse destinada para produzir arroz, teríamos 241,2 mil toneladas de arroz a mais, o que significaria um aumento na produção de arroz de 2%. O crescimento de 2%

em relação ao total existente hoje traria uma grande diferença em termos de ampliação da oferta de alimentos.

Cada quilograma de exportação de tabaco (preço médio do 1º trimestre de 2023) é vendido por US\$5,48 e a exportação do arroz US\$0,39. Isso significa que para cada hectare produzindo tabaco é possível gerar uma receita exportável de US\$11,7 mil e para produzir arroz US\$2,7 mil. Ou seja, o exportador de tabaco consegue em média vender seu produto por 4,3 vezes mais do que se produzisse arroz. Esse fato explica o porquê estamos produzindo uma quantidade grande de tabaco, pois com ele conseguimos vender no mercado internacional, enquanto o arroz é um produto destinado mais ao mercado interno e por ser amplamente consumido é relativamente barato.

Qual outro produto seria interessante incentivar para a troca de produção?

O Rio Grande do Sul é o estado que mais produz trigo (e é o terceiro alimento que o estado exporta – ver tabela 11), mesmo assim insuficiente para abastecer o mercado interno, sendo há muito tempo o alimento mais importado pelo Brasil. Isso gera problemas de oscilação de preço em todo alimento que depende do trigo.

Tabela 14. Alimentos mais exportáveis do Rio Grande do Sul em 2022.

Produto	US\$ em Milhões	Toneladas
Soja	3.306,4	33.063,5
Carne de aves	1.458,2	735.531,8
Trigo	934,5	2.959.937,3
Óleo de soja	776,9	522.293,2
Arroz	637,9	1.697.171,7
Carne suína	602,9	249.554,7
Carne bovina	258,8	43.509,4
Conservas de carne, miudezas/sangue	177,5	41.535,6
Milho	134,9	375.999,4
Carnes secas ou defumadas	122,3	43.089,0

Fonte: Comex stat. Elaborado pelo autor.

Cada hectare para produzir trigo gera 2,86 toneladas no ano. O preço do quilograma do trigo importado pelo Brasil é US\$0,325, o que significa que

cada hectare plantando trigo poderia gerar um valor de US\$1.005,3. O Brasil tem que importar cerca de 40% de todo o trigo que consome. Para cada 10% de substituição da plantação de tabaco por trigo seria possível produzir 100 mil toneladas de trigo, reduzindo 8,6% o total importado de trigo pelo Brasil em 2022.

Já que o trigo é o alimento que o Brasil mais importa, a autossuficiência total de trigo seria alcançada com a conversão de 75% dos hectares cultivados com tabaco. Isso traria um ganho muito elevado, uma vez que o trigo é ingrediente de preparos importantes no consumo cotidiano da população (pão, macarrão, bolos, biscoitos, etc.). Todos esses itens sofrem aumento de preço quando o dólar está mais elevado. Uma menor dependência com a importação do trigo traria, assim, menor oscilação de preço, beneficiando os consumidores e o próprio IPCA, uma vez que reduziria o efeito cambial em nossos preços.

Uvas frescas é um produto pouco exportável pelo Brasil, mas importante para a demanda interna. Quanto de uvas frescas poderia ser elevada em termos de produção para cada 10% de substituição de produção de tabaco por uvas?

Cada hectare destinado para produzir uvas frescas gera 23 toneladas de uvas por ano. Isso significa que 10% dos hectares de tabaco poderiam produzir 808 mil toneladas de uvas a mais por ano no Brasil, o que representaria um aumento de 46% do total da produção de uvas hoje do país. Isso significa que poderíamos dobrar a produção de uvas frescas, alimento relativamente mais consumido pelas famílias com maior renda mensal, se trocássemos 21,74% das terras que produzem tabaco por uvas frescas. Uvas frescas representam a 4ª fruta que o Brasil mais exporta. Considerando o preço da exportação (US\$ 2,16 em média, em 2022), seria mais rentável por hectare produzir uvas (US\$48.850 por hectare). Ver a síntese dos dados na tabela:

Tabela 15. Síntese das possibilidades de substituição da produção de tabaco pelo Arroz, Trigo e Uvas frescas.

% de troca dos hectares totais de tabaco	Se as terras para produzir tabaco fossem substituídas para produzir, quanto que teríamos de crescimento na produção dos alimentos:		
	Arroz	Trigo	Uvas frescas
10% de Tabaco	241,2 mil ton. + 2%	100 mil ton. + 8,6%	808 mil ton. + 46%
30% de Tabaco	723,6 mil ton. + 6%	300 mil ton. + 25,8%	2,42 mi. ton. + 138%
50% de Tabaco	241,2 mil ton. + 10%	500 mil ton. + 43%	4,04 mi. ton. + 230%
100% de Tabaco	2,41 mi. ton. + 20%	1 mi. ton. + 86%	8,08 mi. ton. + 460%

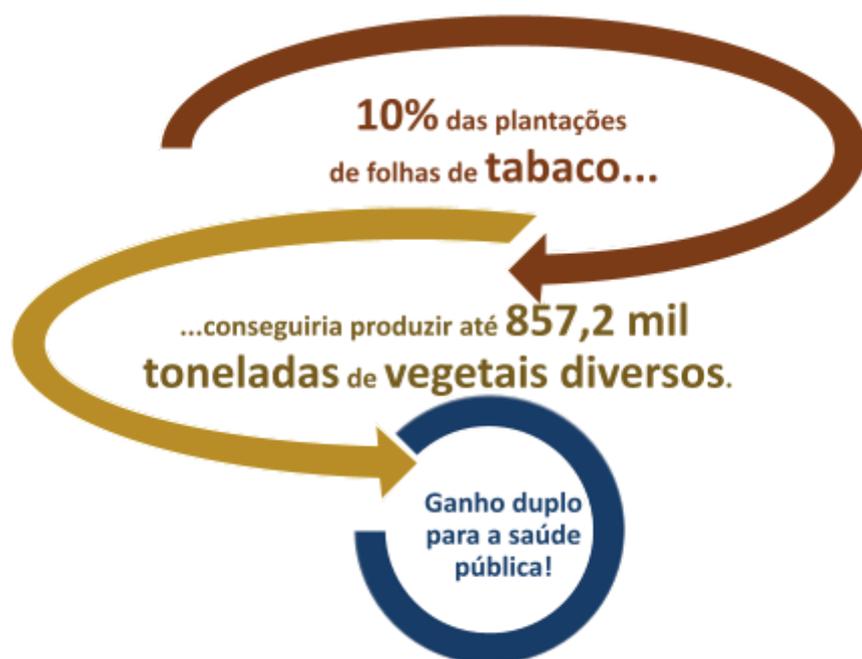
Fonte: Dados da FAO STAT. Calculado e elaborado por Valter Palmieri Jr.

Em termos de substituição pensando estritamente na questão monetária, não é interessante para o produtor de tabaco substituir sua produção por arroz e trigo, uma vez que a rentabilidade por hectare do tabaco é maior (perdendo apenas para as uvas frescas). É por essa razão que a substituição só pode ocorrer por meio de incentivos em políticas públicas. Outro cálculo a partir dos dados da FAO STAT revela algo impressionante. Se cada 10% dos hectares que produzem folhas de tabaco produzissem vegetais diversos, poderíamos ter um acréscimo de 857,2 mil toneladas de vegetais. Trocar 74,4 mil toneladas de folhas de tabaco por 857,2 mil toneladas de vegetais seria sair da produção de algo que somente traz prejuízos à saúde para a de alimentos que o Brasil necessita demais: vegetais diversos, que fazem bem à saúde. Seria sair de uma grande externalidade negativa na produção para uma externalidade positiva.

O “livre mercado” faz com que as pessoas produzam o mais rentável e não aquilo que geraria maior bem-estar para a coletividade. Por isso mesmo seriam necessários subsídios mais intensos e políticas públicas para que essas famílias produzam aquilo que gere bem-estar social, inclusive para eles próprios. Além disso, como no longo prazo a tendência do mercado é a ampliação da demanda de alimentos de verdade e orgânicos e a diminuição do consumo de fumo, essa ação estaria voltada ao futuro da renda dessas

famílias produtores de fumo, com a maior diversificação, redução de riscos e ampliação das possibilidades de produção e renda.

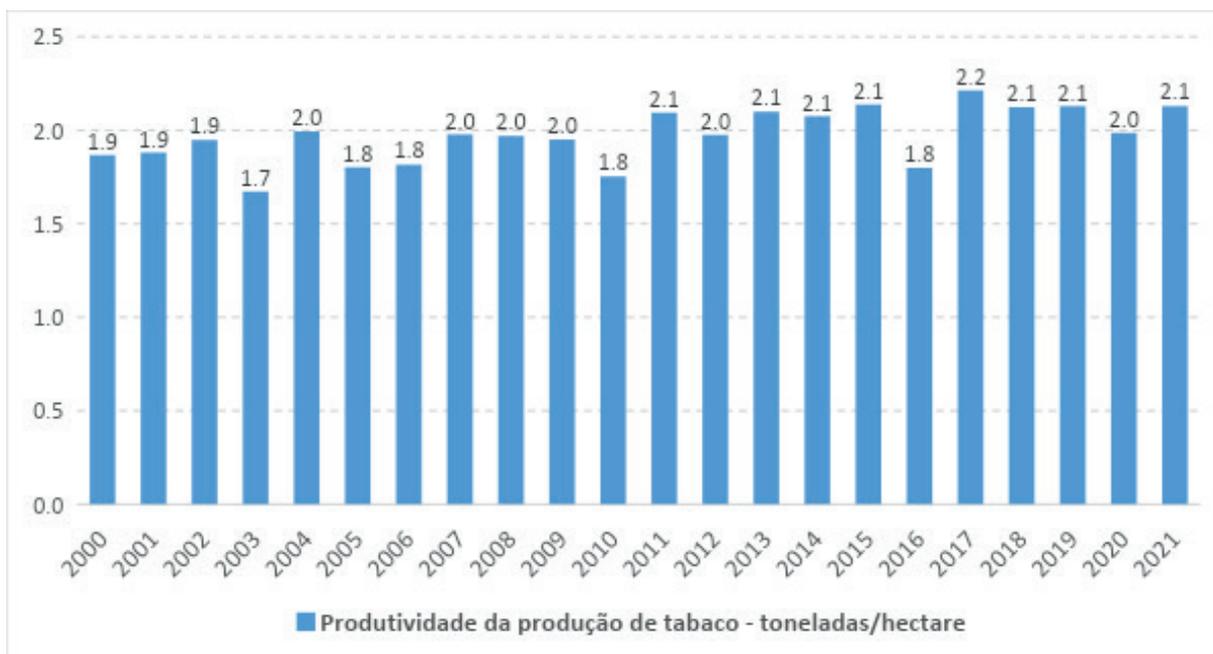
Figura 2. A troca da produção de tabaco por vegetais: Menor externalidade negativa e maior externalidade positiva.



Fonte: Dados da FAO Stat. Elaborado por Valter Palmieri Jr.

Um outro aspecto muito importante para que as famílias sejam incentivadas a diversificar ou até mesmo a trocar totalmente a produção de tabaco é em relação à tendência de crescimento da produtividade. A produtividade (toneladas por hectare) do tabaco praticamente não cresce (nas últimas duas décadas avanço médio apenas). Pode ser visto no gráfico abaixo.

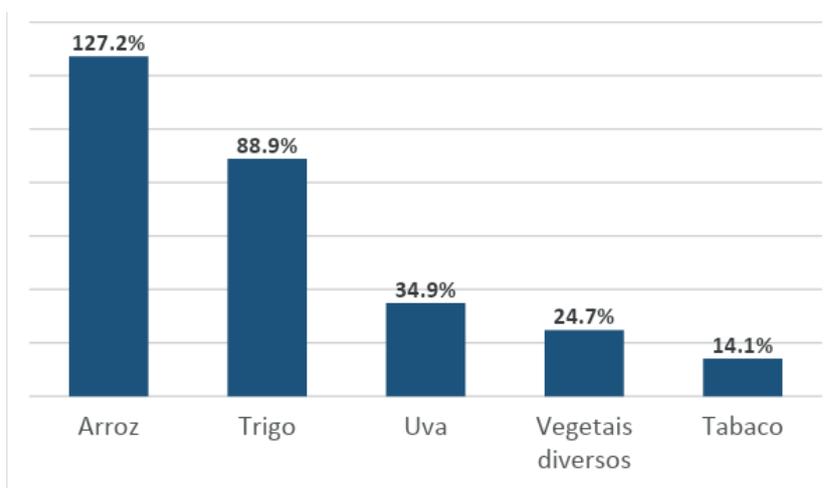
Gráfico 11. Evolução da produtividade do cultivo de fumo no Brasil entre 2000 e 2021 (Toneladas por hectare).



Fonte: Dados da FAO Stat. Elaborado por Valter Palmieri Jr.

Comparando com o arroz, trigo, uva e vegetais variados, o tabaco foi o que apresentou menor crescimento de produtividade nas duas últimas décadas, como pode ser visto no gráfico 12.

Gráfico 12. Variação da produtividade do cultivo de fumo, arroz, trigo, uvas frescas e vegetais variados - Brasil entre 2000 e 2021 (%).



Fonte: Dados da FAO Stat. Elaborado por Valter Palmieri Jr.

V. Recomendações sobre de que forma a implementação das medidas previstas na Convenção-Quadro para Controle do Tabaco poderia contribuir com o combate à fome no Brasil.

Defensores do agronegócio utilizam o argumento de que o tabaco é fonte de renda importante para o país, por sermos líderes nas exportações, e por isso não deveria ser deixado de lado o investimento de recursos públicos para o setor. Esse argumento falacioso impede a implementação de políticas/medidas de controle do tabaco que beneficiaram toda a população, inclusive a maior parte dos próprios produtores.

Por qual razão a liderança na exportação do tabaco não deve ser vista como algo positivo? Primeiro, o tabaco não processado não é um item que tem peso representativo na pauta de exportação do Brasil, representando apenas 0,69% do total exportado pelo país em 2022. Já no Rio Grande do Sul a situação é sim diferente, sendo o tabaco o segundo item mais exportado e representa 9,07% do total exportado pelo estado. Porém, seria muito mais vantajoso economicamente o Brasil incentivar a exportação de produtos com maior valor agregado, uma vez que a cultura do tabaco usa recursos importantes para a segurança alimentar e ao mesmo tempo gera muitos prejuízos para a saúde pública e meio ambiente, com trabalhos precários e informais, além do impacto negativo em toda a cadeia, da produção ao consumo e descarte.

O investimento público/políticas públicas destinadas a substituir gradualmente a produção de tabaco para produzir alternativamente alimentos economicamente viáveis traria inúmeros benefícios:

- a) Aumento do custo do preço final do tabaco ocasionado pela redução da oferta de tabaco. Isso iria contribuir, juntamente com as políticas tributárias, para uma diminuição da demanda.

b) A redução do consumo do tabaco gera efeitos positivos em termos de custos públicos na saúde pública, fazendo com que os gastos/subsídios para o produtor de tabaco substituir a produção por alimentos seja considerado um investimento em termos de retornos econômicos (uma troca entre uma diminuição da externalidade negativa por um aumento da externalidade positiva).

c) A produção de tabaco gera poucos empregos formais, com baixíssimos salários e elevados riscos envolvidos de saúde no curto prazo, mas principalmente no longo prazo, sendo assim vital buscar uma política que traga maior qualidade de vida para esses trabalhadores rurais.

d) A produção do tabaco não processado é realizada por inúmeras famílias, que dependem de um grande comprador. Isso configura um poder de Oligopsônio (estrutura de mercado onde há poucos compradores e muitos vendedores, beneficiando em termos de preços os poucos compradores). Os pequenos produtores são reféns da precificação da poderosa indústria de tabaco¹⁶.

e) A maior produção de alimentos que seria alcançada pela política de diversificação da cultura do tabaco por produção de alimentos diversos e saudáveis teria grande importância no enfrentamento da fome e do crescimento da insegurança alimentar atual do Brasil, ao conseguir ampliar a oferta de alimentos saudáveis e ao mesmo tempo também promover maior diversificação de cultivo.

A fome é causada por múltiplos fatores e um dos elementos importantes é o incentivo à produção de alimentos destinados à população (não *commo-*

¹⁶ A indústria de fumo é extremamente concentrada. O tabaco produzido pelo Brasil é destinado principalmente para a BAT Brasil (anteriormente conhecida como Souza Cruz), atual subsidiária da British American Tobacco no Brasil, que é a maior do mundo, com receita de quase US\$7,5 bilhões em 2022.

dities exportáveis). Algumas recomendações gerais a respeito dessa política de diversificação/ reconversão para outros sistemas de produção:

a. Seria muito importante que várias culturas fossem disponíveis para a substituição, pois assim cada produtor teria maior facilidade de escolher a que tivesse maior interesse particular e a política de troca seria mais exitosa.

b. Os alimentos para a substituição ideais seriam os pouco exportáveis ou até mesmo aqueles alimentos que são apenas destinados para consumo interno. Isso traria maior benefício para a segurança alimentar. Substituir tabaco por soja é bem menos efetivo do que substituir por arroz, trigo, uvas, outras frutas ou vegetais diversos.

c. Já que a produção de tabaco é muito localizada (apenas dois municípios exportam 88% de todo o tabaco brasileiro), estes teriam que ter apoio logístico interno para que a produção de seus alimentos tenha demanda garantida, se não na própria região, nas demais regiões do Brasil. Isso é fundamental, uma vez que em médio prazo o alimento escolhido na diversificação da produção (que ocorreria principalmente na região sul, maior produtora de tabaco) não seja limitada pela demanda regional.

d. A política de diversificação, além de recursos financeiros e subsídios, demandam por serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O apoio técnico (agrônomos e demais profissionais técnicos do campo) é fundamental. Isso porque para uma pequena unidade de produção familiar, depois de muito tempo de aprendizagem e costume com determinado cultivo, é mais difícil compreender as particularidades e desafios de outros produtos.

e. A maior parte dos produtores de tabaco produz uma variedade de alimentos para consumo próprio e o tabaco é a única ou principal fonte de renda monetária. Seria importante uma garantia de renda monetária até que outra cultura seja efetiva nos ganhos monetários.

f. A diversificação de produção e renda tem potencial para libertar o produtor da dependência econômica, em especial decorrente do Sistema Integrado, em que a indústria controla os preços dos valores pagos ao fumicultor, desde os insumos ao preço final da folha. Assim, aquele que não produz apenas tabaco passa a se relacionar com sistemas diferentes, comum aos da agricultura que produz alimentos, que ocorre maior interação e relações de cooperação.

ANEXO:**Tabela anexo A. Área plantada em hectares no Brasil 2021**

	Produção agrícola	Área plantada – mil hectares	Participação %
1	Soja (em grão)	86672,2	45,21%
2	Milho (em grão)	39185,7	22,60%
3	Cana-de-açúcar	19587,1	11,53%
4	Trigo (em grão)	9989,7	3,20%
5	Feijão (em grão)	2773,6	3,19%
6	Café (em grão) Total	2765,7	2,12%
7	Arroz (em casca)	1837,8	1,95%
8	Café (em grão) Arábica	1690,5	1,67%
9	Algodão herbáceo (em caroço)	1445,7	1,58%
10	Mandioca	1369,9	1,40%
11	Sorgo (em grão)	1212,3	1,04%
12	Cacau (em amêndoa)	899,6	0,69%
13	Laranja	600,8	0,67%
14	Aveia (em grão)	579,9	0,58%
15	Banana (cacho)	505,8	0,53%
16	Castanha de caju	456,4	0,49%
17	Café (em grão) Canephora	427,2	0,45%
18	Fumo (em folha)	392,1	0,40%
19	Açaí	350,1	0,24%
20	Amendoim (em casca)	208,3	0,24%
21	Dendê (cacho de coco)	203,9	0,23%
22	Coco-da-baía*	197,6	0,22%
23	Borracha (látex coagulado)	187,6	0,21%
24	Batata-inglesa	177,8	0,13%
25	Cevada (em grão)	116,4	0,13%
26	Sisal ou agave (fibra)	115,2	0,12%
27	Melancia	100,7	0,11%
28	Manga	93,6	0,09%
29	Uva	76,9	0,09%
30	Erva-mate (folha verde)	75,7	0,08%
31	Abacaxi*	72,1	0,07%
32	Limão	63,9	0,07%
33	Batata-doce	58,5	0,07%
34	Tangerina	56,6	0,06%
35	Tomate	55,6	0,06%
36	Cebola	52,0	0,06%

37	Mamona (baga)	49,1	0,05%
38	Maracujá	45,9	0,05%
39	Girassol (em grão)	45,1	0,05%
40	Triticale (em grão)	42,1	0,04%
41	Pimenta-do-reino	38,3	0,04%
42	Fava (em grão)	38,0	0,04%
43	Maçã	33,4	0,04%
44	Mamão	32,9	0,03%
45	Palmito	28,6	0,03%
46	Melão	27,2	0,03%
47	Goiaba	23,9	0,03%
48	Abacate	22,4	0,02%
49	Pêssego	18,3	0,02%
50	Alho	15,6	0,02%
51	Urucum (semente)	13,1	0,01%
52	Guaraná (semente)	12,6	0,01%
53	Caqui	10,1	0,01%
54	Centeio (em grão)	8,0	0,01%
55	Linho (semente)	5,5	0,01%
56	Noz (fruto seco)	5,0	0,00%
57	Malva (fibra)	4,0	0,00%
58	Azeitona	2,2	0,00%
59	Figo	2,1	0,00%
60	Pera	2,1	0,00%

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela anexo B – Microrregiões geográficas – total da produção de fumo em relação ao total agropecuário.

	Microrregião geográfica	Total	Fumo (em folha)	Fumo em relação ao total	% participação fumo
		Mil hectares			
1	Santa Cruz do Sul (RS)	208,7	53,5	25,6%	15,3%
2	Canoinhas (SC)	258,7	35,6	13,8%	10,2%
3	Pelotas (RS)	272,9	23,6	8,7%	6,7%
4	Prudentópolis (PR)	337,4	22,2	6,6%	6,3%
5	Camaquã (RS)	182,7	22,0	12,1%	6,3%
6	Irati (PR)	174,7	15,0	8,6%	4,3%
7	Arapiraca (AL)	52,5	14,5	27,6%	4,1%
8	São Mateus do Sul (PR)	101,5	12,8	12,6%	3,7%
9	Rio do Sul (SC)	55,9	12,5	22,5%	3,6%
10	Ituporanga (SC)	44,0	12,0	27,2%	3,4%
11	Cachoeira do Sul (RS)	319,8	9,9	3,1%	2,8%
12	Rio Negro (PR)	81,0	8,4	10,4%	2,4%
13	Soledade (RS)	148,8	7,5	5,1%	2,2%
14	Restinga Seca (RS)	119,8	6,5	5,4%	1,9%
15	Araranguá (SC)	83,8	6,3	7,5%	1,8%
16	Frederico Westphalen (RS)	307,7	6,1	2,0%	1,7%
17	Santa Maria da Vitória (BA)	490,3	5,9	1,2%	1,7%
18	Lajeado-Estrela (RS)	61,6	5,8	9,3%	1,6%
19	Tubarão (SC)	36,3	5,3	14,6%	1,5%
20	Ponta Grossa (PR)	351,1	5,3	1,5%	1,5%
-	20 microrregiões	3689,2	290,7	7,9%	83,0%
-	Restante	17142,2	59,4	0,3%	17,0%
-	Total	20831,4	350,1	1,7%	100,0%

